

“PARA CONHECER: AQUISIÇÃO DA LINGUAGEM”: UM CONVITE A UM POSICIONAMENTO CRÍTICO-REFLEXIVO

GROLLA, E., SILVA, M. C. F. *PARA CONHECER: aquisição da linguagem*. São Paulo: Contexto, 2014.

MONIQUE VANZO SPASIANI¹

Os estudos em aquisição da linguagem já são relativamente antigos, tendo surgido suas primeiras pesquisas há tempos. Acredita-se que as *visões behavioristas* (Skinner), que postulam que a criança adquira uma língua por meio de reforços, estímulos e imitação, tenham servido de base para as primeiras pesquisas na área. Depois disso, surgiram teóricos como Chomsky e sua *visão inatista*; Piaget, com *postulados construtivistas*; Vygostky, com o *interacionismo*, entre outros.² Apesar dessa extensa e clássica literatura, bem como das recentes pesquisas desenvolvidas, há ainda muito o que ser estudado e refletido sobre o tema, tanto de maneira empírica quanto teórica, principalmente em relação à acessibilidade desses conteúdos a leigos ou estudiosos em potencial sobre o assunto.

Nesse sentido, *PARA CONHECER: Aquisição da linguagem*, de Elaine Grolla e Maria Cristina Figueiredo Silva, vem para preencher essa lacuna, uma vez que discute de maneira clara e compreensível pontos relacionados à aquisição de linguagem pelas crianças que até então só apareciam, em grande parte, de forma rebuscada e complexa ou em outros idiomas. As próprias autoras mencionam na primeira orelha ser este um livro estruturado de tal modo que tanto o leitor iniciante quanto o mais experiente vão poder se aprofundar no assunto. Além disso, como o próprio nome já diz, o livro, publicado em 2014 pela Editora Contexto, faz parte da coleção *PARA CONHECER*, definida pela editora na contracapa da seguinte maneira: “Escritos por especialistas e *voltados principalmente para estudantes*, os volumes que

compõe a coleção 'Para Conhecer' são *introduções* atualizadas e bem cuidadas, redigidas em *linguagem clara e acessível* [...] (grifo meu).

No que tange à didatização do assunto, entretanto, a linguagem não é o seu único ponto forte. A presente obra, com 173 páginas ao todo, é dividida em quatro capítulos principais, sendo estes iniciados e finalizados por capítulos secundários, como "Apresentação", "Considerações finais", "Bibliografia" e "As autoras". Todos os capítulos trazem uma recapitulação em seu início, em que as autoras retomam o conteúdo do capítulo anterior, e um resumo ao final, em que há uma síntese das ideias anteriormente apresentadas. Ademais, depois do resumo, há alguns exercícios práticos, os quais, por si só, já recuperam o conteúdo do capítulo e servem de guia para o leitor.

Inicialmente, as autoras fazem uma apresentação do livro, na seção intitulada "Apresentação" (p. 9-12). Nela, primeiramente, há uma introdução aos aspectos da aquisição da linguagem pelas crianças, lançando mão, sobretudo, de exemplos e comparações acessíveis e didáticas, o que faz o leitor perceber que tal processo, apesar de parecer simples, é dotado de particularidades e questões que pretendem ser desenvolvidas e explicadas ao longo do trabalho.

No primeiro capítulo, "A capacidade linguística de adultos e crianças" (p. 13-58), as autoras comparam, de início, a fala do ser humano com a fala de outros bichos, tais como o papagaio, as abelhas e os pássaros. Com isso, defendem que a fala do homem é única e distinta de qualquer outro animal por ter certas propriedades como flexibilidade, versatilidade, arbitrariedade, dualidade, descontinuidade, produtividade e recursividade, as quais são ausentes – ou presentes em graus muito baixos – na fala dos animais. Tais propriedades são descritas e detalhadas ao longo das primeiras páginas, tentando mostrar, especialmente, a complexidade e as peculiaridades que as línguas humanas exibem. Para contribuir com essa visão, as autoras mostram, ainda, algumas características do cérebro/mente humano e a relação que a linguagem estabelece com ele. Brevemente, Grolla e Silva, ancoradas em pesquisas da área, apresentam diversas singularidades do desenvolvimento linguístico infantil, citando desde a identificação que um bebê faz de sua língua materna antes mesmo de produzi-la até sua capacidade de reconhecer contrastes fonêmicos existentes nas línguas do mundo. Tais características, no entanto, desaparecem em poucos meses. Menciona-se, nesse ínterim, o período crítico, que dura até o início da puberdade e no qual a linguagem pode e deve ser desenvolvida na criança, sob pena de ela não conseguir adquirir uma língua com a mesma perfeição posteriormente. Em seguida,

as autoras começam a examinar algumas hipóteses relacionadas à aquisição de uma língua pela criança, todas elas pautadas por visões *empiristas* ou *racionalistas*. A primeira defende que todo conhecimento linguístico origina-se da experiência com o ambiente. A segunda, por sua vez, postula que a criança já nasce munida de conhecimentos específicos sobre a linguagem. Parece claro o alinhamento das autoras à hipótese racionalista, sobretudo porque o capítulo seguinte é exclusivamente dedicado a argumentos para mostrar sua superioridade. Entretanto, elas não deixam de dissertar sobre algumas teorias e abordagens empiristas, como a hipótese da imitação, a hipótese comportamentalista e a hipótese de aquisição da linguagem baseada no uso, por exemplo. Com base no que foi exposto, tem-se que a hipótese da imitação não dá conta de todas as suas questões. Ela pode até ser válida quando se trata de aquisição de vocabulário, mas como é possível explicar, por meio apenas da imitação, produções orais das crianças de coisas que os adultos não produzem também? Já a hipótese comportamentalista, que se baseia em dar estímulos positivos quando as crianças produzem algo correto e negativos quando seus enunciados revelam algum erro, apresenta sérios problemas, pois, segundo Grolla e Silva, os pais prestam atenção somente no que as crianças falam, e não no como, corrigindo erros de conteúdo apenas. Essa hipótese também não contempla os enunciados completamente novos utilizados pelas crianças, aqueles para os quais não receberam nenhum tipo de reforço. A hipótese de aquisição da linguagem baseada no uso, por sua vez, diz respeito às expressões linguísticas adquiridas por meio da imitação do que a criança escuta e por meio do uso da língua. A criança se utilizaria de seu uso criativo para reestruturar e combinar sentenças e utilizá-las em determinados contextos. Um problema dessa hipótese são aqueles aspectos linguísticos que não são facilmente observáveis quando as crianças escutam um enunciado, conferindo a elas liberdade para analisá-lo de diversas formas e produzi-lo com regras independentes de estrutura, o que parece não acontecer. Então, as autoras propõem esta questão: onde as crianças "aprendem" tudo isso? No final do capítulo, faz-se alusão, ainda, à hipótese conexionista, que busca explicar as habilidades intelectuais humanas por meio de redes neurais artificiais.

É interessante notar que, publicado no mesmo ano (2014) em que um livro dedicado à educação de alunos surdos ganha em primeiro lugar o prêmio Jabuti na categoria educação (*Tenho um aluno surdo e agora?*²³), esta obra toca, brevemente e no presente capítulo, na questão da língua de sinais, língua própria da comunidade surda, para ilustrar a hipótese do período crítico. Ainda que não seja o foco das autoras e que essa menção tenha sido

bem pontual, já é uma contribuição para a luta de pesquisadores da área em mostrar os surdos por meio de suas potencialidades, afinal, eles são capazes de desenvolver língua e linguagem como os ouvintes, a diferença é que o fazem por meio de outro canal, o canal gestual-visual.

“Em defesa de uma abordagem racionalista” (p. 59-92), segundo capítulo, as autoras argumentam a favor da teoria racionalista para aquisição de primeira língua pela criança, conhecida também como *Teoria da Gramática Universal*, que “[...] vê a linguagem como parte do programa genético dos seres humanos e [...] um processo com propriedades muito semelhantes ao processo de aprender a andar [...]” (p. 90). Inicialmente, elas discutem algumas características da aquisição infantil, as quais servem de base para justificar por que uma abordagem inatista seria a mais adequada para explicá-la. Dentre elas está a *universalidade*, que postula que todas as crianças normais adquirem uma língua, sobretudo sem esforço e instrução de adultos. Outra característica é a *uniformidade* da aquisição: crianças, a depender da comunidade em que vivem ou da classe social em que se inserem, por exemplo, são expostas a experiências linguísticas e *inputs* distintos, o que não significa que elas adquirem línguas distintas: “[...] mesmo com essa diversidade no input, todas elas acabam adquirindo grosso modo a mesma língua” (p. 62), o que mostra que há uma independência entre a aquisição e o *input* a que a criança tem acesso. Ademais, a aquisição de linguagem pela criança é muito *rápida*, sendo inicialmente adquirida antes mesmo de ela começar a frequentar a escola ou saber amarrar os sapatos. Por fim, as autoras citam a característica *sequencial* de uma aquisição, uma vez que as crianças passam pelos mesmos estágios ao adquirir uma língua, independente de qual seja ela. Assim, cada etapa de aquisição é detalhada em seguida, reforçando a ideia de que apenas a velocidade com que o adquirente passa por elas pode variar, os estágios e suas ordens sempre serão os mesmos. Sequencialmente, Grolla e Silva abordam o tema da pobreza do estímulo, que é um dos argumentos mais conhecidos em defesa da hipótese inatista. A questão principal é a de que o *input* não oferece informações suficientes para que a criança se desenvolva linguisticamente (ele é pobre e degradado, nas palavras das autoras), entretanto, ela o faz mesmo assim. Então, nota-se que esse tipo de conhecimento não é derivado da experiência, mas é sim anterior a ela, sendo relacionado à genética da criança. Dito isso, as autoras exploram a posição que o *input* assume numa teoria inatista, focalizando a Teoria de Princípios e Parâmetros, que defende que “[...] todas as línguas obedecem a certos princípios universais e constitutivos, mas elas podem variar com relação a alguns parâmetros [...]” (p. 83). Assim, o papel do *input* nesse contexto seria

o de regular os parâmetros, fazendo a criança acionar um valor para cada um deles. Para exemplificar, as autoras examinam o Parâmetro do Sujeito Nulo, bastante conhecido na literatura da área. Finalmente, duas hipóteses distintas são mencionadas sobre o funcionamento da Gramática Universal: (1) Hipótese Maturacionista, em que a razão para a gramática infantil em sua fase inicial não ser igual à gramática adulta é a de que os princípios e parâmetros não estão acessíveis para a criança desde o início de sua aquisição devido a uma questão de maturação biológica; (2) Hipótese Continuista, que defende que todos os princípios e parâmetros já estão disponíveis para a criança logo no seu nascimento, mas a sua fixação não é automática. Destarte, a aquisição vai depender também do desenvolvimento cognitivo da criança, do desenvolvimento de sua memória e das habilidades de processamento, que evoluem com a idade, além do conhecimento semântico que ela precisa ter para entender uma sentença, que é dependente de seu conhecimento de mundo. Segundo as autoras, apenas mais pesquisas nessa área nos diriam qual dessas hipóteses é a mais adequada.

"Metodologias utilizadas em estudos em aquisição de linguagem" (p. 93-125) é o título do capítulo seguinte, o terceiro, em que Elaine Grolla e Maria Cristina F. Silva refletem sobre algumas das metodologias mais utilizadas para se investigar a aquisição de língua materna pelas crianças, apresentando suas potencialidades e limitações. Tal discussão é pertinente, pois, de acordo com as autoras, uma investigação sobre o tema que se pautasse apenas no questionamento das crianças sobre determinadas estruturas ou construções da língua estaria certamente fadada ao fracasso. Menciona-se que essa coleta de dados sistematizada pode ser de dois tipos: de dados espontâneos, em que normalmente há a gravação da fala da criança em contextos naturais de produção, e de dados experimentais, que consiste em fazer a criança produzir ou avaliar determinadas frases e construções linguísticas, de acordo com o objetivo da pesquisa, em contextos criados especificamente para tal. Esta última faz-se necessária, sobretudo, porque a coleta de dados espontâneos tem uma limitação crucial: a de não dar conta de mostrar todas as construções e estruturas linguísticas que uma criança pode produzir. A ausência delas em sua fala pode ser fruto do acaso e não reveladora do desconhecimento em relação a elas pela criança, o que pode ocasionar dados inconscientes de pesquisa. Dessa maneira, no decorrer do capítulo, as autoras dissertam sobre esses dois tipos de coleta de dados, trazendo exemplos de pesquisa, plataformas para transcrição e, inclusive, dicas práticas, em que há sugestões para a elaboração e o desenvolvimento dos testes, a fim de deixá-los mais consistentes, confiáveis e, por que não, possíveis. Dentre essas dicas, estão a

necessidade de que o pesquisador deixe os participantes à vontade durante a realização dos testes, que o ambiente de aplicação seja tranquilo, que haja um teste piloto com adultos etc. Sobre a coleta de dados do tipo experimentais, as autoras ainda indicam sua relação com dois tipos de tarefas: as de *produção* e as de *compreensão*. As primeiras são aquelas que requisitam a produção de estruturas em contextos lúdicos pelas crianças, tais como a *Tarefa de Produção Eliciada* e a *Tarefa de Imitação Eliciada*. Já as segundas testam somente como as crianças compreendem as estruturas da língua. As autoras examinam quatro tipos de tarefas de compreensão (1 – Tarefa de Julgamento de Valor de Verdade; 2 – Tarefa de Julgamento de Gramaticalidade; 3 – Tarefa de Encenação, e 4 – Tarefa de Escolha de Figuras) e argumentam que a opção por qualquer uma dependerá do tipo de fenômeno que está sob investigação. Deixam claro, também, que outros métodos podem ser encontrados na literatura e que os pesquisadores devem sempre partir em busca de pesquisas com generalizações cada vez mais confiáveis e consistentes.

No último capítulo principal, intitulado “Estudo de caso: a teoria da ligação no PB adulto e infantil”, discutem-se alguns aspectos da distribuição de elementos nominais nas línguas humanas, abordando um ponto específico: o da referencialidade das expressões nominais. Fala-se sobre as anáforas, os pronomes pessoais e as expressões-R, primeiramente na língua adulta e, depois, na infantil, principalmente para averiguar que conhecimento têm as crianças com respeito ao uso dessas formas. Tal averiguação é feita por meio de testes, os quais mostram que crianças menores (entre 4 e 5 anos) não apresentam comportamento adulto em todas as tarefas testadas, entretanto, acredita-se que, provavelmente, tal resultado é derivado do desconhecimento por parte delas das formas lexicais. Crianças com mais de cinco anos apresentam conhecimento, lexical e sintático, sobre tais elementos. Essa conjuntura, de acordo com as autoras, contribui ainda mais para a argumentação que elas desenvolvem desde o início do livro, aquela racionalista, que aponta para o inatismo da linguagem.

Por fim, em “Considerações finais”, as autoras se despedem dos leitores retomando, brevemente, tudo o que foi dito e analisado em cada capítulo, mencionando os pontos mais importantes discutidos ao longo da obra. Para finalizar, de fato, não negam que a área de Aquisição da Linguagem tem seus encantos e dificuldades, mas esperam que “Os encantos [...] o [leitor] tenham seduzido para o trabalho na área; as dificuldades [...] que sejam estímulos para a sua [do leitor] curiosidade científica” (p. 167). Ademais, depois da bibliografia, encontra-se uma sucinta descrição do currículo das

autoras, o qual indica as instituições às quais estão vinculadas, as produções acadêmicas de destaque e os interesses de pesquisa.

A relevância desta obra se dá, sobretudo, em seu caráter didático e claro com o qual aborda um tema tão discutido e pesquisado ao longo dos tempos, mas ainda tão distante de encontrar o seu fim, já que não existe certo ou errado quando se trata de aquisição de linguagem, o que existe são linhas teóricas diversas passíveis de serem seguidas. Na verdade, este livro é, por si só, um convite para que assumamos um posicionamento crítico-reflexivo sobre o assunto, não só teoricamente, mas socialmente, intentando sempre contribuir para as práticas educacionais de nosso país. Certamente, todos os profissionais da linguagem, em especial os que lidam com alfabetização e com o ensino de Língua Portuguesa, podem beneficiar-se com esta obra, sendo ela de leitura obrigatória e, quem sabe, fomentadora de reflexões mais profundas.

NOTAS

1 Graduada em Pedagogia pela Universidade de Franca (UNIFRAN), Licenciada em Letras - Português/Inglês e Mestre em Linguística pela Universidade Federal de São Carlos (UFSCar). É, também, professora especialista em Libras e Educação de Surdos pela Universidade Norte do Paraná (UNOPAR). Atualmente, é doutoranda no Programa de Pós-Graduação em Linguística (PPGL – UFSCar) e cursa especialização em Ensino de Inglês para Crianças pela Universidade Estadual de Londrina (UEL). Academicamente, interessa-se por questões relacionadas ao ensino de inglês a crianças e alunos surdos, à análise e produção de materiais didáticos, formação de professores e perspectiva translíngua na educação. Foi coordenadora pedagógica de línguas e professora de inglês na rede privada de ensino e em projetos de extensão na UFSCar.

2 Cf. FREITAS, G. C. M. Pesquisas em aquisição da linguagem. In: AGUIAR, V. T.; PEREIRA, V. W. (Org.). *Pesquisa em letras* [recurso eletrônico]. 1. ed. Porto Alegre: EDIPUCRS, 2007. p. 1-130. (v. 1).

3 LACERDA, C. B. F.; SANTOS, L.F. (Org.) *Tenho um aluno surdo, e agora?* Introdução à LIBRAS e educação de surdos. São Carlos: EDUFSCar, 2014.